



SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 121, DE 2019

Estabelece alíquota para cobrança do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nas operações interestaduais relativas à carne bovina.

AUTORIA: Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senador Jorginho Mello (PL/SC), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senador Luiz Pastore (MDB/ES), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Marcio Bittar (MDB/AC), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Reguffe (PODEMOS/DF), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador Weverton (PDT/MA), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)



[Página da matéria](#)

C A E

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 121, DE 2019

Estabelece alíquota para cobrança do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nas operações interestaduais relativas à carne bovina.



SF/19888.97743-90

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º A alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), nas operações interestaduais relativas à carne bovina, fica reduzida, pelo prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados da data de publicação desta Resolução, aos seguintes percentuais:

I – 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) nas operações realizadas nas regiões Sul e Sudeste destinadas às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e ao Estado do Espírito Santo; e

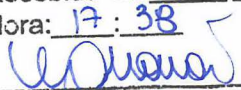
II – 6% (seis por cento) nas demais operações.

Art. 2º A aplicação das alíquotas de que trata o art. 1º é condicionada à redução, após a publicação desta Resolução, de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) na alíquota efetiva interna do ICMS para a carne bovina no Estado de destino.

Parágrafo único. Não se aplica a condicionante estabelecida no *caput* às operações destinadas a Estados onde a carne bovina seja isenta do ICMS ou cuja alíquota efetiva interna do ICMS aplicável à carne bovina não seja superior à respectiva alíquota interestadual definida no art. 1º.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Recebido em 17 / 12 / 19
Hora: 17:38


Carolina Monteiro Duarte Mourão
Matrícula: 231013 SLSE/SGM



Página: 1/5 11/12/2019 17:45:39

cdb98858ff802f282cfbc048da17e66793331d3

JUSTIFICAÇÃO

Impulsionado pelo aumento da demanda chinesa, o Brasil bateu o recorde de exportação de carne bovina em outubro deste ano, embarcando cerca de 185 mil toneladas, um dos maiores volumes mensais da história.

O vigoroso crescimento das exportações, associado à desvalorização do real frente a outras moedas, tem contribuído, no entanto, para uma escalada vertiginosa do preço da carne bovina no atacado.

Conforme o indicador do Boi Gordo ESALQ/B3, divulgado pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo (CEPEA/USP), o preço do boi gordo subiu 23,27% em novembro de 2019, atingindo o pico de valorização de 36,45% em 29/11/2019, em relação ao preço apurado no início do mês.

Os efeitos do aumento de preço já podem ser sentidos no varejo. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o grupo carnes teve alta de 8,07 no mês de novembro/2019. Persistindo a pressão sobre os preços no atacado, a tendência é de que nos próximos meses o preço da carne bovina venha a subir ainda mais para o consumidor final, em razão da defasagem temporal normalmente existente para o ajuste dos preços no varejo em relação àqueles praticados no atacado.

Se por um lado essa conjuntura é considerada promissora para o setor produtivo, que vê condições favoráveis para ampliar investimentos, bem como suas margens de rentabilidade, por outro, aumenta o custo de vida da população e comprime, ainda mais, o orçamento das famílias, que já se encontra deveras pressionado em razão do longo período de estagnação econômica que vem enfrentando o País.

Não é demais lembrar, que, no plano legislativo, apesar de o direito à alimentação ter sido introduzido na Carta Magna apenas em 2006, o direito humano à alimentação adequada já se encontrava contemplado no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. A alimentação adequada pressupõe, portanto, além da proteção contra o flagelo da fome, o acesso a uma alimentação nutricionalmente adequada.

Nesse sentido, o acesso à carne bovina, muitas vezes retratada como um luxo, é essencial para a composição de uma dieta adequada e de baixo custo. Trata-se de um alimento muito nutritivo, com boa densidade



SF/19888.97743-90

Página: 2/5 11/12/2019 17:45:39

cdb98858ff802f282cfbc048da17e66793331d3



calórica, sendo excelente fonte de proteína, ferro e diversos outros micronutrientes.

Dessa forma, diante de uma conjuntura econômica que provoque a elevação dos preços de um bem essencial, é fundamental que o Poder Público tome as medidas que estão ao seu alcance para mitigar o impacto desse fenômeno junto à população e é exatamente com esse intuito que apresentamos o presente Projeto de Resolução do Senado Federal (PRS).

Ao Senado Federal compete, por meio de resolução, estabelecer alíquotas do ICMS aplicáveis às operações e prestações interestaduais, conforme dispõe o inciso IV do § 2º do art. 155 da CF. Atualmente, essas alíquotas estão fixadas, para a maioria dos casos, em 7% e 12%, a depender da origem e do destino das operações, nos termos da Resolução do Senado Federal (RSF) nº 22, de 1989.

Importante ressaltar que, em razão do que dispõe o inciso VI do § 2º do art. 155 da CF, a alíquota interestadual, fixada pelo Senado Federal, estabelece, via de regra, um piso para as alíquotas internas do ICMS. A medida ora proposta, abre, portanto, espaço fiscal para que os estados reduzam a alíquota interna em benefício da população.

A condicionante estabelecida pelo art. 2º do PRS ora proposto torna a redução da alíquota interestadual aplicável apenas caso o estado de destino da operação reduza proporcionalmente a alíquota interna do ICMS para a carne bovina, exceto naqueles casos onde a carne bovina já esteja isenta do ICMS, com respaldo do Convênio nº 224/2017 do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), ou nos casos em que a alíquota já esteja fixada em patamar igual ou inferior à alíquota interestadual ora estabelecida.

Diante da relevância da presente iniciativa, contamos com o apoio dos ilustres pares.

Sala das Sessões,


Senador EDUARDO BRAGA



SF/19888.97743-90

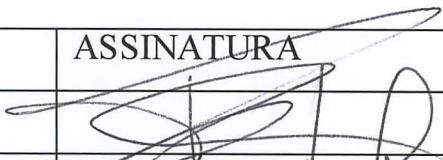
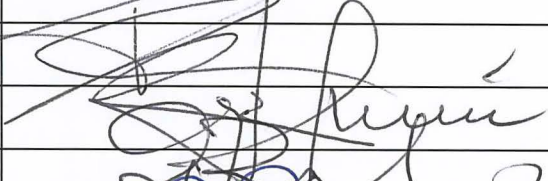
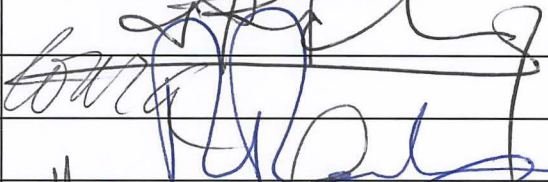
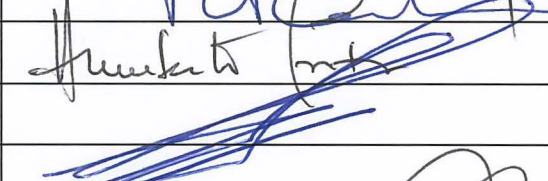
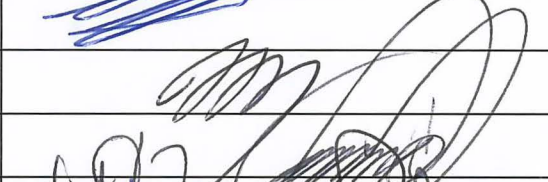


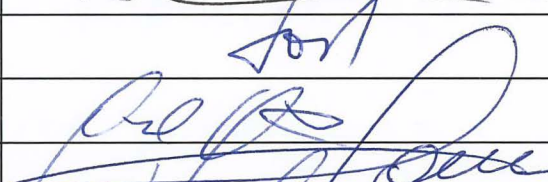
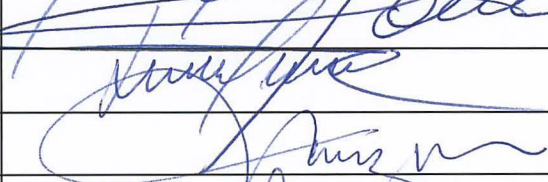
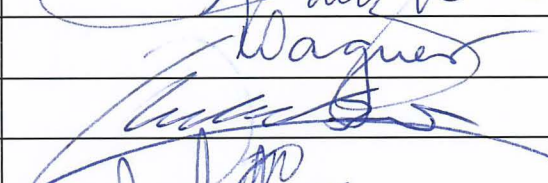

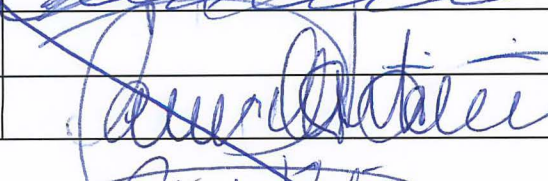
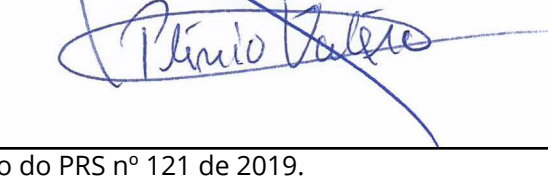
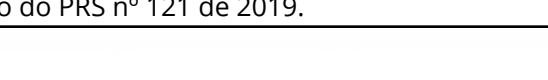
Página: 3/5 11/12/2019 17:45:39

cdb98858f802f282cfbc048da17e66793331d3



PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO ICMS - CARNE

4

SENADOR	ASSINATURA
FERNANDO BEZERRA	
E. AMIN	
PASTOR ROCHA	
CONCEIÇÃO MOURA	
Roberto Rocha	
Humberto Costa	
Jorge de Mello	
José Maranhão	
Valmir	
Recebeiros	
Forner e Cardoso	
Marcelo Costa	
LASIER	
WEIDEN	
PASTORE	
ORIDIO STO	
ENUSINO GOMES	
Ilcias de Jesus	
Regina Maria MARINHO	
JACQUES WAGNER	
Marcelo	
NEUFFE	
pinil	
ALCOB	
mariza Gomes	
DANIELA RIBEIRO	
Plínio	



SF/19888.97743-90

Página: 4/5 11/12/2019 17:45:39

cd98858ff802f282cfbc048da17fe66793331d3

